

O (pseudo)arquivo pessoal de Frei Bernardo de Brito na Biblioteca Nacional de Portugal

Carlos Guardado da Silva

Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa¹

carlosguardado@campus.ul.pt

resumo

A partir da década de 80 do século passado, os arquivos pessoais têm vindo a adquirir, em Portugal, um crescente interesse por parte dos investigadores, acompanhado do interesse pela história da vida privada. Este contribuiu para a valorização dos arquivos pessoais, tendo justificado a sua recolha e conservação nas inúmeras instituições memorizadoras, enquanto fontes de informação identitária e parte da memória societal.

A maioria dos arquivos pessoais inventariados encontra-se depositada em bibliotecas, em razão daqueles terem sido considerados literários, epíteto que remonta a uma ideia romântica, que considera interligada a criação artística e a biografia. Foi esta opção que levou à recolha de inúmeros arquivos pessoais na Biblioteca Nacional de Portugal, entre os quais o designado “arquivo pessoal” de Frei Bernardo de Brito.

Mas a unidade informacional reunida na Biblioteca Nacional de Portugal, sob o grupo arquivos pessoais, com a designação Frei Bernardo de Brito é, de facto, um arquivo pessoal? Não. É o resultado do comportamento de um bibliotecário, cujo conjunto resultou da reunião de documentos em torno do seu autor e não do seu produtor, dando origem a uma unidade artificial que, com alguma imaginação, encobriu o contexto orgânico ‘original’.

Com este estudo, de natureza qualitativa, assente na revisão da literatura e na análise documental do ‘arquivo pessoal’ Frei Bernardo de Brito, pretendemos responder à sua identificação e caracterização, propondo a sua reorganização e eventual integração no arquivo do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.

Palavras-Chave: Arquivística; Arquivo pessoal; Biblioteca Nacional de Portugal; Frei Bernardo de Brito; Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça

¹ Professor Auxiliar com Agregação, diretor do mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Introdução

A partir da década de 80 do século XX, em Portugal, os arquivos pessoais têm vindo a adquirir um crescente interesse por parte dos investigadores, seja no contexto da história, da antropologia e da sociologia, seja no contexto da literatura e da cultura, seja ainda no contexto da ciência arquivística ou da ciência da informação. Um lugar cada vez mais central, sendo-lhes reconhecido o seu valor, não apenas em termos patrimoniais, mas sobretudo para a investigação, na senda do que acontecia no panorama internacional, designadamente, em Inglaterra, nos Estados Unidos, no Canadá, em França e no Brasil.

Este interesse crescente deve-se, em grande parte, ao também crescente interesse da história da vida privada, que nem sempre tem sido, porém, acompanhado de reflexão teórica, grandemente ausente dos arquivos pessoais, cuja importância não é consensualmente reconhecida. Na verdade, a própria tradição arquivística considerava, até há pouco tempo, apenas a documentação de carácter administrativo, excluindo a de carácter pessoal e biblioteconómico. A título de exemplo, refira-se o *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, dos arquivistas holandeses Muller, Feith e Fruin, publicado em 1898, com a primeira edição portuguesa em 1960 (Brasil), para quem os documentos relacionados com os arquivos pessoais se restringem às atividades de negócio².

Mas foi o reconhecimento deste seu valor, que justificou a sua recolha e a sua conservação nas inúmeras instituições memorizadoras (arquivos, bibliotecas e museus), enquanto fontes de informação identitária e como parte da memória de uma sociedade, a *evidence of us*, como bem notara a investigadora australiana, Sue Mckemmish, em *Evidence of me*³.

Por arquivo pessoal, entendemos ‘um conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social’⁴.

² MULLER, Samuel; FEITH, Joseph A.; FRUIN, Robert – *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973, p. 19.

³ MCKEMMISH, Sue – “Evidence of Me”, in *The Australian Library Journal*, 45-3, 1996, p. 181, DOI: 10.1080/00049670.1996.10755757.

⁴ OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de – *Descrição e pesquisa. reflexões em torno dos arquivos pessoais*, Rio de Janeiro, Móbile, 2012, p. 33.

Este é um estudo, que podemos enquadrar no âmbito do património cultural e, mais especificamente, do património arquivístico⁵ do mosteiro alcobacence. Um estudo de natureza qualitativa, assente na revisão da literatura e na análise documental do ‘arquivo pessoal’ Frei Bernardo de Brito, assim identificado na Biblioteca Nacional de Portugal. Um estudo que tem como objetivo proceder à sua identificação e caracterização, e, discutindo o seu contexto e lugar, a partir do estudo do seu conteúdo, assim como da sua história custodial e arquivística, propor a sua eventual reorganização e reidentificação. Ou seja, responder à seguinte questão de investigação: a unidade informacional reunida na Biblioteca Nacional de Portugal, sob o grupo arquivos pessoais, com a designação Frei Bernardo de Brito é, de facto, um arquivo pessoal?

Os arquivos pessoais

Apesar de serem arquivos, a maioria dos cerca de 3.500 inventariados⁶, encontra-se depositada em bibliotecas, em razão de alguns terem sido considerados literários, classificação que tem sido sujeita a larga crítica, por autores da Ciência da Informação⁷, posição que corroboramos, uma vez que o seu valor e o seu interesse ultrapassam largamente o contexto da literatura.

Epíteto de “arquivo literário”, que remonta a uma ideia romântica que considera interligada a criação artística e a biografia. Assim se entendem diversas práticas de aquisição de arquivos na área da literatura⁸.

Foi esta opção que levou à recolha de muitos arquivos pessoais na Biblioteca Nacional de Portugal, tendo Braz de Oliveira sido um dos principais defensores dos arquivos de escritores⁹. Depois com a criação da Área de Espólios, de que é herdeiro o Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea, com enfoque numa arquivística de tipo literário.

⁵ Decreto-lei 16/93.

⁶ PEREIRA, Zélia Maria Cruz - *O universo dos arquivos pessoais. características, usos e valorização*, Évora, Universidade de Évora, 2017, Vol. 1.

⁷ SILVA, Armando Malheiro da – “Arquivos familiares e pessoais: Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo”, in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, I Série, vol. III, 2004, p. 62, nota 25. RUBIO VILLARÓ, Cristian – *Archivos Literarios en Barcelona y su Área Metropolitana. Guía de Fondos Personales de Escritores en Centros Públicos*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, Escola Superior d’Arxivística i Gestió de Documents, Treball de recerca del Màster d’Arxivística i Gestió de Documents, 2013, p. 13.

⁸ DOUGLAS, Jennifer; MACNEIL, Heather – “Arranging the Self: Literary and Archival Perspectives on Writers’ Archives”, in *Archivaria*, 67, 2009, p. 28.

⁹ OLIVEIRA, António Braz de – “Arquivística literária: haec subtilis ars inveniendi”, in *Cadernos BAD*, 2, 1992, p. 109.

A instituição detentora do maior número de arquivos pessoais (assim identificados apesar de muitos serem familiares) é a Biblioteca Nacional de Portugal¹⁰. De qualquer modo, a sua ação na recolha de arquivos pessoais traduz uma consciência cívica de preservação patrimonial, designadamente de um tipo de arquivos tradicionalmente relegado para a periferia.

Na Biblioteca Nacional de Portugal encontra-se o arquivo pessoal ‘Frei Bernardo de Brito’, objeto do nosso estudo.

Frei Bernardo de Brito

Bernardo era filho de Pedro Cardoso de Andrade, capitão do exército, e de Maria de Brito Andrade, parecendo o primeiro sobrenome da mãe explicar o seu. Nasceu em Almeida, em 20 de agosto de 1569, segundo Barbosa Machado, autor que nos fornece alguns elementos biográficos de Bernardo de Brito, para além de Fortunato de São Boaventura e do próprio biografado, este nos manuscritos do 2º e 4º livros¹¹.

Na sua juventude, visitou Itália, onde desenvolveu os seus estudos humanísticos e das línguas italiana, francesa, grega e hebraica.

Mais certa é a data da sua entrada no mosteiro cisterciense de Santa Maria de Alcobaça, precisamente no ano de 1583. Dois anos depois, em janeiro de 1585, entrou no noviciado. Passado este período, foi enviado para o Colégio do Espírito Santo, em Coimbra, em janeiro de 1593, com o objetivo de prosseguir os estudos em Teologia, tendo obtido o Doutoramento em 1606.

Entre a idade de 22 e 25 anos, escreveu a sua história de Portugal, em três partes: *Monarchia Gentilica*, *Monarchia Gotica* ou *Sarracenicica* e *Monarchia Catholica*. “A primeira parte abrangeria os acontecimentos da Lusitânia desde a criação até à vinda de Cristo; a segunda ocupar-se-ia da sua continuação até ao conde D. Henrique; a terceira, finalmente, continuaria a narração até Filipe II”¹². Desta obra monumental, escreveu

¹⁰ PEREIRA, Zélia Maria Cruz – *Op. cit.*, p. 293.

¹¹ Estes e outros dados biográficos de Frei Bernardo de Brito foram recolhidos, sobretudo, em REGO, A. da Silva – “Introdução”, in BRITO, Bernardo de, *Monarquia Lusitana I*. Reimp. da ed. fac-similada de 1973. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, pp. XI-XVI.

¹² IDEM – *Ibidem*, p. XIII.

Frei Fortunato de São Boaventura, guarda-se a primeira e a terceira partes nos manuscritos de Alcobaça¹³.

Alterou o título da obra para *Monarquia Lusitana*, e continuou a trabalhar na revisão da mesma, tendo terminado a primeira parte em 9 de março de 1596, a qual publicou no ano seguinte. Na sequência da mesma publicação, Filipe II atribuiu-lhe o título de cronista-geral¹⁴. A segunda parte seria publicada em 1609¹⁵.

Com o falecimento do cronista-mor do Reino Francisco de Andrade, Bernardo de Brito foi nomeado para o cargo de cronista-mor do reino, por carta régia de Filipe III (D. Filipe II de Portugal), de 12 de julho de 1614, com o ordenado de 100\$ réis e uma pensão anual de 117 cruzados, imposta nas rendas do bispado de Leiria¹⁶, confirmada por breve do Papa Paulo V, de 19 de janeiro de 1615.

Faleceu em Almeida, na sua terra, quando de regresso de uma viagem a Madrid, em 27 de fevereiro de 1617, tendo sido sepultado no mosteiro cisterciense de Santa Maria de Aguiar. Os restos mortais seriam trasladados para o mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, em 1649, por ordem de Frei Luís de Sousa, então o Geral da Ordem de São Bernardo.

O (Pseudo)arquivo pessoal de Frei Bernardo de Brito

O *Guia dos Fundos da Biblioteca Nacional*¹⁷ identifica o arquivo pessoal de Frei Bernardo de Brito, monge da Ordem de Cister, apresentando, a seguinte descrição:

“apontamentos relativos à Monarquia Lusitana. Documentação integrada na Biblioteca Nacional após a extinção das Ordens religiosas”.

Por arquivo pessoal, entendemos, como referimos anteriormente, a informação produzida, gerida e acumulada por um indivíduo, ao longo da sua vida, no decurso dos seus papéis e funções sociais. Nesta medida, o arquivo pessoal representa, *grosso modo*,

¹³ ANSELMO, António Joaquim - *Inventário dos códices alcobacenses*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1932, t. III, pp. 189-194.

¹⁴ REGO, A. da Silva – *Op. cit.*, p. XIV.

¹⁵ IDEM – *Ibidem*, p. XXV. IDEM – Introdução, in BRITO, Bernardo de, *Monarquia Lusitana II*, reimp. da ed. fac-similada de 1973, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, p. XI.

¹⁶ ANTT – *Chancelaria de D. Filipe II*, Liv. 20, p. 231.

¹⁷ MARTINS, Lúcia de Azevedo, [et al.], int. e org. – *Guia preliminar dos fundos de arquivo da Biblioteca Nacional*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994, p. 217.

os registos do papel do seu titular na sociedade: a vida do seu titular, as suas redes de relacionamento pessoal e profissional, as suas obras, assim como a sua própria intimidade¹⁸.

A unidade informacional reunida na Biblioteca Nacional de Portugal, sob o grupo arquivos pessoais, com a designação Frei Bernardo de Brito é, de facto, um arquivo pessoal? Ou é o resultado do comportamento de um bibliotecário daquela instituição, cujo conjunto resultou da reunião de documentos em torno do seu autor e não do seu produtor, sendo aquele o elemento agregador de uma unidade artificial que, com alguma imaginação, ocultou, ainda que de forma involuntária, o contexto orgânico-funcional 'original'? Não integraria na sua origem o arquivo ou a biblioteca¹⁹ do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça?

O que constitui, na verdade, o arquivo pessoal 'Frei Bernardo de Brito' na Biblioteca Nacional de Portugal? São apenas oito documentos manuscritos (sete identificados no *Guia*), não datados, entre os quais duas cartas, constituindo os restantes seis documentos **“Apontamentos relativos à *Monarquia Lusitana*”**:

1. Carta de Frei Bernardo de Brito a D. Francisco Manuel, conde de Atalaia [s.d.];
2. “Prologo em que se responde a certas duvidas, que se podião pôr no discurso desta obra” (fl.1-5), seguindo-se “Tavoada dos capítulos que vão nesta obra” (fl.5-6v.);
3. “Livro 25 da *Monarquia Lusitana*”, com excerto para o cap. 1 (1 fl.);
4. “Notas para a elaboração da *Monarquia Lusitana*” (1 fl.);
5. “*Monarquia Lusitana*, parte 8ª – Liv. 1º, [excerto do] Cap. 4º” (1 fl.), encontrando-se escrito no verso do folio “Titulo – 1320 Del elRey D. Pedro, o justizoso 1º”;
6. “Autores que devo ver pera a historia da *Monarchia Lusitana*, ha de começar no anno de 1325” (1 fl.);

¹⁸ BELLOTTO, Heloísa Liberalli – “Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: Debate com Terry Cook, in *Arquivo. Estudos e reflexões*, Belo Horizonte, UFMG, 2014, p. 107.

¹⁹ Apesar de o uso da palavra *archivum* se ter alargado a partir do século XV, surgia a par e com o mesmo significado dos termos *tabularium*, *scrinium* e *bibliotheca*. A este propósito, Cf. SILVA, Margareth da – *O arquivo e o lugar. a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2015, p. 58.

7. “1320 Del El Rey D. Pedro, o Justizo (Monarquia Lusitana, parte 8ª, Liv. 1º, cap. 1º, 1320)” [9 fl. , tendo no fl. 9, em baixo, o início do cap. 6º - “Primeiros anos da meninice e criação do infante D. Pedro”];
8. Carta de D. Maurício, padre do Mosteiro da Serra de Villa Nova do Porto, da Congregação de Santa Cruz de Coimbra, para Frei Bernardo de Brito, intitulada “Lembrança pera ver o illustrissimo padre, o douto Frei Bernardo de Britto, religioso de Cister”, em que critica o autor da *Monarquia Lusitana* pelo facto de o remetente não ter visto na referida obra a fundação do mosteiro de Villa Boa do Bispo em Riba Douro (3 fl.).

Na verdade, vigorava então, nas centúrias de quinhentos e seiscentos, a ideia defendida pelo jurista genovês Baldassarre Bonifacio, em *De archivis liber singularis*, o primeiro tratado de Arquivística, dado à estampa em 1632. Para Bonifácio, na tradição de Santo Isidoro de Sevilha²⁰, o arquivo, tal como a biblioteca, era o lugar onde os documentos eram produzidos e guardados para a prossecução da própria atividade por uma autoridade. Cada um, *per se*, estabelecia uma relação de lugar, documentos, atividade e autoridade, em que os documentos mais não eram do que uma extensão do próprio lugar, aceção que permanecera até ao século XIX, momento em que aquela relação foi quebrada.

Na Biblioteca Nacional de Portugal, também se encontra o manuscrito da *Terceira parte da Monarchia Lusitana, composta por Frey Bernardo de Brito, monge da Ordem de Cyster, professo no Real Mosteiro de Alcobaça*, que narra a história portuguesa desde o conde D. Henrique “te o famoso Rey dom loão da boa memoria...”, terminado em 1593, quando o seu autor tinha cerca de 25 anos.

Acrescente-se ainda que, pela cronologia dos acontecimentos, os referidos “Apontamentos relativos à Monarquia Lusitana” suportariam certamente a *Terceira parte da Monarchia Lusitana (...)*, cujo manuscrito se encontra, como referimos, na Biblioteca Nacional de Portugal (Alc. 226).

²⁰ SEVILHA, Isidoro de - Etymologiarum, XX, 9.2, OROZ RETA, Jose; Marcos Casquero, Manuel-A., texto latino, versión española y notas. *Etimologías*. Ed. Bilingüe, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, pp. 1344-1345.

Na verdade, os códices manuscritos, que constituem exemplares das partes primeira a terceira da *Monarchia Lusitana* (Alc. 224, 225, 226 e 227²¹), da autoria de Frei Bernardo de Brito, pertenciam ao mosteiro cisterciense de Santa Maria de Alcobaça, e integram, hoje, a Coleção *Códices Alcobacences* da Biblioteca Nacional.

Todavia, os manuscritos incorporados no ‘arquivo pessoal’ Frei Bernardo de Brito fazem parte do processo de criação das referidas obras, uma vez que documentam, também, algumas das fontes (de autoridade) do cronista, de que são *exempla*, para além de Laymundo Ortega (*Antiquitatibus Lusitanorum*) e muitos outros²², os presentes nas *Notas para a elaboração da Monarquia Lusitana* [nº 4, em anexo]: *Beroso Babilónico*, Plínio – “*Historia Natural*”, Capsela, *Eusebio Cesariense*, Frei Heitor Pinto, Josefo, S. Jeronimo [1 fol.], Fr. António da Purificação e Fr. Bernardino [da Silva(?), sobrinho de Frei Bernardo de Brito e também monge alcobacence]. Referências onomásticas e bibliográficas em que Bernardo de Brito fundamenta a sua escrita.

Não se trata aqui de avaliar o seu conteúdo, mas tão somente o vínculo dos documentos ao seu natural produtor de modo a podermos aferir da adequação da classificação de arquivo pessoal Frei Bernardo de Brito à unidade de informação reunida sob esta designação na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Conclusão

O intitulado arquivo pessoal Bernardo de Brito, na Biblioteca Nacional de Portugal, detentor de oito documentos manuscritos, é uma construção artificial, provavelmente da segunda década do século XX, sem critério, que resulta da ação de um bibliotecário e da Biblioteca Nacional. Ou, de outro modo, ainda que não desejável e dificilmente defensável, a sua criação seguiu um critério temático, o de arquivo literário, elegendo o autor/produtor como elemento agregador. Porém, tendo seguido este critério, outros documentos da produção de Frei Bernardo de Brito foram deixados na Coleção de *Códices Alcobacences*, igualmente sob custódia da Biblioteca Nacional de Portugal.

²¹ Disponíveis, respetivamente, em <http://purl.pt/24324>, <http://purl.pt/24325>, <http://purl.pt/24326> e <http://purl.pt/24327>. [Consult. em 10 set. 2018].

²² Independentemente da polémica acerca da existência desses manuscritos no mosteiro alcobacence. A este propósito, veja-se ANSELMO, António – *Os códices alcobacences da Biblioteca Nacional I Codices portuguesas*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1926, p. 13.

Na verdade, esses documentos, diferentemente do que defendia António Braz de Oliveira acerca dos manuscritos e documentos de outra natureza que integravam os arquivos pessoais, não “espelham o pulsar da *oficina de escrita* própria de cada criador (mostrando a génese e o devir de cada obra), [nem] ora desvendam o especioso percurso de que foi feito o impulso, sucesso ou insucesso, de muitas intervenções singulares e movimentos colectivos (literários, artísticos, cívicos, etc.),”²³ e por que não dizer historiográficos.

Ou seja, para que os documentos possam continuar, com o seu vínculo, a ser uma evidência do próprio lugar, deveriam encontrar-se no/a Arquivo/*Scriptorium*/Biblioteca do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, onde se encontrariam os códices da coleção alcobacense²⁴ e, de modo particular, aqueles que mantêm uma relação com estes oito manuscritos, designadamente os originais da *Monarquia Lusitana*, obra maior da historiografia alcobacense.

Pela Cronologia e respetivos conteúdos, aqueles oito documentos são antetextos da *Terceira parte da Monarchia Lusitana, composta por Frey Bernardo de Brito, monge da Ordem de Cyster, professo no Real Mosteiro de Alcobaça*. Encontrando-se no arquivo, pessoal ou da canónica, teriam de manter o vínculo entre si, o que não se evidencia. Encontrando-se na biblioteca, também esta deveria ter integrado os oito referidos documentos, pois todos fazem parte do mesmo processo de criação (arquivístico).

Retomando a questão de partida - *a unidade informacional reunida na Biblioteca Nacional de Portugal, sob o grupo arquivos pessoais, com a designação Frei Bernardo de Brito é, de facto, um arquivo pessoal?* – Não. Não pelo facto de ser um arquivo fragmentado, como são todos os arquivos pessoais, mas pelo facto de os demais documentos produzidos por Frei Bernardo de Brito se encontrarem integrados na coleção de Códices Alcobacenses, lugar onde estes oito documentos deveriam permanecer. De outro modo, não se entende por que razão as distintas obras do cronista não se encontram, de igual modo, no ‘seu’ arquivo pessoal. Mas, este certamente não existiria no contexto da comunidade monástica dos monges brancos

²³ OLIVEIRA, Antonio Braz de – “Arquivística literária em perspectiva”, in *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional. Arquivística literária e crítica textual*, S. 3, 5, out. 1999-abr. 2000, p. 8. IDEM, coord. - *Contributo para um levantamento nacional de espólios literários*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2000, p. 9.

²⁴ *Inventário dos Códices Alcobacenses*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1930-78.

alcobacences, mesmo tratando-se de um cronista-mor do reino, o fundador da historiografia alcobacence.

Referências bibliográficas

Fontes

ANTT – *Chancelaria de D. Filipe II*, Liv. 20, p. 231.

Biblioteca Nacional de Portugal. Arquivos Privados – Família e Pessoais. *BRITO, Bernardo de, O. Cist.*, Coleções em Organização, cx. 31. 7 docs. Século XVIII.

Obras de referência

ANSELMO, António Joaquim - *Inventário dos códices alcobacenses*, Lisboa, Biblioteca Nacional, [1930-1932]. 3 tomos.

OLIVEIRA, António Braz de, coord., *Contributo para um levantamento nacional de espólios literários*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2000.

MARTINS, Lúcia de Azevedo, [et al.], int. e org. – *Guia preliminar dos fundos de arquivo da Biblioteca Nacional*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994.

Estudos

ANSELMO, António – *Os códices alcobacences da Biblioteca Nacional I Codices portugueses*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1926.

BARATA, Paulo J. S. – *Os livros e o Liberalismo. da livraria conventual à biblioteca pública. uma alteração de paradigma*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2003.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli – “Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: Debate com Terry Cook”, in *Arquivo. Estudos e reflexões*, Belo Horizonte, UFMG, 2014, pp. 107-114.

DOUGLAS, Jennifer; MACNEIL, Heather – “Arranging the Self: Literary and Archival Perspectives on Writers’ Archives”, in *Archivaria*, 67, 2009, pp. 25-39.

MCKEMMISH, Sue – “Evidence of Me”, in *The Australian Library Journal*, 45-3, 1996, pp. 174-187, DOI: 10.1080/00049670.1996.10755757

MULLER, Samuel; FEITH, Joseph A.; FRUIN, Robert – *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973.

OLIVEIRA, Antonio Braz de – “Arquivística literária em perspectiva”, in *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional. Arquivística literária e crítica textual*, S. 3, 5, out. 1999-abr. 2000, pp. 7-11.

OLIVEIRA, António Braz de – “Arquivística literária: *haec subtilis ars inveniendi*”, in *Cadernos BAD*, 2, 1992, pp. 107-121.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de – *Descrição e pesquisa. reflexões em torno dos arquivos pessoais*, Rio de Janeiro, Móbile, 2012.

PEREIRA, Zélia Maria Cruz - *O universo dos arquivos pessoais. características, usos e valorização*, Évora, Universidade de Évora, 2018, Vol. 1.

REGO, A. da Silva – Introdução, in BRITO, Bernardo de, *Monarquia Lusitana I*, reimp. da ed. fac-similada de 1973, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, pp. XI-XVI.

REGO, A. da Silva – Introdução, in BRITO, Bernardo de, *Monarquia Lusitana II*, reimp. da ed. fac-similada de 1973, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, pp. XI-XVI.

RUBIO VILLARÓ, Cristian – *Archivos Literarios en Barcelona y su Área Metropolitana. Guía de Fondos Personales de Escritores en Centros Públicos*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, Escola Superior d’Arxivística i Gestió de Documents, Treball de recerca del Màster d’Arxivística i Gestió de Documents, 2013.

SEVILHA, Isidoro de - Etymologiarum, XX, 9.2, in OROZ RETA, Jose; Marcos Casquero, Manuel-A., texto latino, versión española y notas, *Etimologías*, ed. Bilingüe, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, pp. 1344-1345.

SILVA, Armando Malheiro da – “Arquivos familiares e pessoais: Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interativo”, in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, I Série, vol. III, 2004, pp. 55-84.

SILVA, Margareth da – *O arquivo e o lugar. A custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2015.

ANEXO²⁵

“Apontamentos relativos à *Monarquia Lusitana*” -

1

Ao Illustrissimo Senhor Dom Francisco Manoel, conde da Atallaya/Frei Bernardo de Brito, frade da Ordem de São Bernardo

D.S.P.

Se como a condição de V. S.

S e' como a condição de V. S.,

Illustrissimo Senhor he conforme com a de Deus em fazer mm sem receber serviços o he também em aceitar vontades por justa satisfação deles asas desculpado fica meu atrevimento, pois se o foy grande aparecer com tão piquena empresa diante de quem mereceo tanto a grandeza da vontade fica suprindo esta falta. Esta receba V. S. em penhor do que pretendo, te chegar tempo em que com serviços mais ymportantes desculpe, o que este condena.

De V. S.

Mínimo capelão e orador

Frey Bernardo de Brito.

[fl. 1v.] [em branco]

2

[fl. 2] Prologo em que se responde a certas duvidas que se podião pôr no discurso desta obra.

He tão notavel a falta de autores neste reino de Portugal, que escrevam as cousas delle e tanta a multidão dos que notão faltas em alguns que deseijão tirar a luz cousas antigas, que daqui cuidou eu ter nacido num sepulchro de nobrezas enterradas em profundo esquecimento. E tão entregues a elle que peza lhe dar alguma vida, e he necessaria industria mais que humana ou aventurar-se hum homem ao tempo magico en sua historia, e por fantástica a figura que resucita porque sendo tão pouco conhecida pelos muitos anos que viveo ausente de nossos olhos cuidamos quando a chegamos a ver se

²⁵ Biblioteca Nacional de Portugal : Arquivos Privados – Família e Pessoais. BRITO, Bernardo de, O. Cist.. Coleções em Organização, cx. 31. 7 docs. Século XVIII.

algum portentoso monstro traçado na imaginação do historiador como outra chimera comporta das partes que lhe querião dar os sonhos das portas antigas.

E temor de semelhantes censuras me tem sempre o animo tão suspensso, que não assento a penna pera escrever sem dar mil voltas ao pensamento, buscando nelle modos de me livrar de lingoas portuguesas, das quais como natural que fala com naturais, posso dizer que são nesta materia mais que insufriveis porque quanto menos fazem, tanto mais censurão, julgando os trabalhos alheios, pella ociosidade do seu juízo, sem tacantos conta aos muitos que passa quem compõem alguma obra, que mais piquena que seja, e quantos se deve a quem com sua diligencia da vida imortal as façanhas de seos naturais e poem nos olhos do mundo as obras virtuosas que fizeram. E não cuido eu nace em nos esta falta, tanto de envejar escriptores como as obras que nas suas eternizão das quais envejosos aqueles que as tais não fizeram por não parecerem nas faltas ao lume da gloria alheia /

[fl. 2v.] [historiador]

[fl. 3-5] [fim do prologo]

[fl. 5] Tavoada dos capítulos que vão nesta obra

Capº primeiro Do alto nascimento de Dom João Manoel, Bispo da Goarda, e de seus verdadeiros progenitores.

Capº segundo Das armas e brasão dos...

fl. 6v. Capitulo decimo sexto De Dom Francisco Manoel...

3

Livro 25 da Monarquia Lusitana

Cap. 1 A Divina Providencia, que do principio sem principio da eternidade havia escolhido os portugueses pera levarem as boas novas do... [1 fl.]

4

[Notas para a elaboração da Monarquia Lusitana] [1 fl.]

Beroso

Plínio – *Historia Natural*

Liv. 7, cap. 37, p. 116 – Capsela 53

Eusebio Cesariense

Fr. Heitor Pinto

Josefo

S. Jeronimo [1 fol.]

Fr. Antonio da Purificação

Fr. Bernardino

5

Monarquia Lusitana

parte 8.^a – Liv. 1.^o

[excerto do] Cap. 4.^o 1320

Para o filho insofrível, o esperar fora pera elRey insensibilidade o permitir com a porfia se intentava a opposição, como o alimento era indigesto aumentava a cruesa dos ânímos de sorte que com as armas nas mãos sahirão este anno a Campanha a impaciencia e a desconfiança com tal fervor que se rompião os vínculos da natureza e se atropelavão os foros da politica. Era a cidade de Coimbra e seus arrabaldes a parte do reyno em que se levantava maiores lavaredas o fogo da discordia... [fl. 1]

[fl. 1v.] **Título – 1320 Del elRey D. Pedro, o justizoso 1.^o**

O filho, a S. Alselmo arcebispo de Cantuaria concedeo as voses de chanceler mor, ordenando-lhe os dias e os ditos de sua Conceição Immaculada pera que a mandasse celebrar como decretada pela Raynha da Gloria. Ao Abbade S. Ruberto deu o titulo de valido [...]

6

Na dominga do Rosario

Autores que devo ver pera a historia da *Monarchia Lusitana* ha de começar no anno de 1325: Era de 1364 ate o anno de 1358, Era de 1396.

Rei D. Affonso 4

Curiosidade – criação do mundo martirilogio 5299 + 1367

ano 6566

e com notas de inicio e fim dos reinados de D. Afonso IV, D. Pedro, D. Fernando [1 fl.]

7

1320 Del El Rey D. Pedro, o Justiçozo (Monarquia Lusitana, parte 8ª, Liv. 1º, cap. 1º, 1320)

Escuresceo a lus da resão como a Antiguidade fugio do sol que escondera seos raios por não ver a cruesa de Abreu.

[Falta o 2.º fl.]

[9 fl. , tendo na fl. 9, em baixo, o início do cap. 6º - “Primeiros anos da meninice e criação do infante D. Pedro”.

8 [1 bínio + 1 fl.]

Lembrança pera ver o illustrissimo padre, o douto Frei Bernardo de Britto, religioso de Cister

“No mosteiro de Villa Boa do Bispo, em Riba de Douro, de conegos regulares de nosso padre Santo Augustinho dos novos que Sua Magestade ElRei Phelippe 2º largou a Congregação, de Santa Cruz de Coimbra, esta hua sepultura na porta da claustra do dito mosteiro que entra pera o cruzeiro da igreja, cujo letreiro he o seguinte fielmente tresladado:

M.LX Obijt Donnus Monion Veagas prioli, qui dicitur gaseus, et filijs eius, Egeas Monis, et Gomes Monis, requiescant in pace, Amen.

Dentro na igreja do dito mosteiro, entrando polla porta principal a mão direita esta na parede pintado hum bispo dizendo missa que o estão matando huns mouros, e logo em outra parte o estão enterrando huns religiosos, e debaixo desta pintura quasi junto da terra esta hua sepultura em que estão os ossos do bispo D. Sisnando, irmão de Moninho Viegas, os quais mandou, segundo dizem, tresladar D. Manoel d’Azevedo, filho que foi do bispo do Porto D. João, e pai de D. Luis, comendata-(fl. 1v.)rio da Villa Boa do Bispo e de Sam João d’Alpendorada, pera o dito mosteiro de Villa Boa, de sua hermida contigua chamada do Salvador, que esta em hum monte menos de mea legoa pera a parte do nacente, já derribada onde há vestígios de muitas casas e muitas sepulturas ao redor da hermida.

Nesta hermida ficou a sepultura muitos anos em que estava sepultado, e aqui disse foi martirizado, estando dizendo missas, e hum lavrador vizinho, a vera 60 annos desviando o sepulcro pera lhe servir do comer dos porquos, o tirou da hermida derribada e o pos em hum carro com duas juntas dos bois, e caminhando pera casa encontrou outro lavrador, e perguntou-lhe pera que levava aquella pedra, dizendo que pera porquos, subitamente lhe quebrara as rodas e carro no cume do monte donde já parece o mosteiro, aporfiando o lavrador buscou novo carro, lhe tornou logo a quebrar sem os bois se poderem mover do lugar, cuidando que era por fraquesa dos bois, buscou outras duas juntas e carro ferrado feituo tudo se lhes fez em mil pedaços. Cessou de sua porfia, e teve o sepulcro naquele lugar ate este nosso tempo, em que o Balthesar Rodrigues, vigário do dito mosteiro, e Miguel Santos, cónego dos antigos pidiram (e a

Miguel d'Almeida Co^{me} da Faria) pera trazerem o sepulcro com dous boys fraquos (fl. 2) que operaram em Deus de o trazerem, e assim foi, oje esta o sepulcro encostado a torre dos sinos do dito mosteiro. Tem o povo fe neste santo pera maleites et indimonindades e dizem os conegos que já curou alguas.

Donde fica claro aqui neste mosteiro estão enterrado Monion Viegas et seus filhos Egas Monis et Gomes Monis, o seu irmão Dom Sisnando, bispo que foi do Porto, et parece que deste santos e chama o mosteiro Villa do Bispo, porque elle, o seu irmão, o fazrião, et nelle se recolherão e o seu irmão Moninho Viegas, que dispois de cansado da milícia tomaria o habito nelle, et o fariam prior do mosteiro como diz na sepultura, como fez o diantado nestas partes por el Rei D. Afonso 6º Paio Guterres da Silva depois de reedificar Tibaens professou nelle et foi prior, et Nuno Alvares Pereira no Carmo em Lixboa em tempo de El Rei D. João 1º.

Em a hermida de Nossa Senhora, a velha, que esta contigua ao mosteiro, estão três sepulturas mais modernas, posto que a hermida sea antiquissimma, et nella fundada o morguado dos Peixotos antigos.

Da parte do Evangelho, estão duas; a primeira entrãodo polla porta da hermida diz assim:

Aqui jaz Junio Giraldes, vassalo que foi delRei D. Fernando, et corregedor dentre D'Ouro e Minho, et passou (fl. 2v.) XXX dias de janeiro, Era MCCCCXIX anos.

Na mesma parte da hermida, junto ao arco, esta outra:

Aqui jaz Dom Niculao Martins, prior que foi de Villaboa do Bispo, et passou XXV dias de novembro, Era de M^oCCCLXXXbj

Este tem hum vulto de pedra vestido como bispo com mitra e baquo.

Da parte da epistola esta outra. este momento he de Dom Salvado, prior deste mosteiro, o qual era dos Milhaços et dos Peixois.

[fl. solto]

Mosteiro da Serra de Villa Nova do Porto, da Congregação de Santa Cruz de Coimbra, procurador geral de todos os mosteiros dantre Douro e Minho, critico que na Monarquia não vira a fundação do mosteiro de Villa Boa do Bispo em Riba d'Ouro.

P.^e Dom Mauricio, que assina, servo de V.

“Et tendo lido todas as obras de V. P. a que sam muito afeiçoado, fui dar na 2.^a parte da Sua Monarchia, Lib. 7 e 23 onde achei tudo o que buscava com muito gosto, mas por outra parte fiquei triste por me parecer que nam vio V. P. este mosteiro com os olhos, nem a sepultura de Monio Viegas, pois não diz no livro onde foi enterrado elle com os filhos, porque se ouvira dissera maravilhas do santo mártir, ahi mando tudo o que na verdade há nesta casa.